

Fiscalização de olho na qualidade de combustível e fraudes ao consumidor

O Ministério Público do Maranhão por meio da 15ª promotoria de justiça especializada na [defesa](#) do consumidor (MP) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) começou desde a última segunda-feira, 1º, fiscalização nos postos de distribuição de combustíveis e gás de cozinha na região metropolitana de São Luís.

A ação tem como prioridade verificar a qualidade dos combustíveis e se as bombas operam sem irregularidades nos postos e em relação aos postos de gás, descobrir os locais que atuam irregularmente na venda do produto nacional.

Está programado a verificação em 30 postos de combustível durante a ação dos órgãos envolvidos na fiscalização. Até o momento apenas o posto Visual, localizado na estrada de Ribamar foi o único fechado, segundo os órgãos fiscalizadores "por estar fraudando os [consumidores](#)".

"Eles adulteraram o bico da bomba, fazendo com que na hora de abastecer o veículo a quantidade de combustível colocado fosse menos que o pedido. Por exemplo se a pessoa pedisse R\$ 10 eles só colocavam R\$ 8, mas no mostrador aparecia a quantia que era pedida", declarou a promotora Lítia Cavalcante.

Ela revelou que além de sanções [administrativas](#), existe alguns caso de crimes, que de acordo com o [código penal](#), os infratores podem ser punidos com até 5 anos de prisão.

Em relação aos postos de gás de cozinha cinco já foram fechados logo no primeiro dia da ação. "Esses postos não estavam em condições de funcionamento, mas mesmo assim estavam com o alvará que legaliza tal permissão", explica Lítia.

Uma outra questão que foi levantada pela promotora foi a possibilidade de corrupção.

"Quem libera esse alvará é o corpo de bombeiros, se eles estão vendo que o local está irregular pra que eles liberam? Tem alguma coisa errada aí isso tem que ser averiguado", justificou.

Segundo a promotora, a multa para o proprietário de um posto que esteja funcionando de forma irregular pode variar de R\$ 5 a R\$ 50.000. "é nessa faixa, mas em casos mais graves pode chegar a R\$ 100.000", afirmou.

Na ação estão sendo verificados diversos aspectos, desde a presença de equipamentos obrigatórios de segurança à correta disposição de botijões e garrações de água mineral, passando pela fiscalização da vazão das bombas de combustíveis e a exposição correta dos valores cobrados.

A atuação conjunta do MP em parceria com a ANP irá durar todo o ano de 2010. Os relatórios de fiscalização produzidos serão encaminhados à promotoria de justiça que tomará as medidas legais

Fonte: Oimparcial.com.br